



03/2014

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos a terceira edição do Informativo do CEDUC - Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação, do Ministério Público do Estado da Bahia.

Nesta terceira edição serão divulgadas notícias sobre os trabalhos, campanhas e projetos coordenados pelo CEDUC, em especial o Programa “MP e os Objetivos do Milênio” e o Prêmio Melhor Escola Pública do ano, além de informes referentes à Educação Inclusiva e outras notícias relacionadas à educação.

Desejamos uma boa leitura!

Com os nossos cumprimentos,

Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes

Promotora de Justiça

Coordenadora do CEDUC

Equipe Técnica:

Elizabeth Alves Silva – assessoria

Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes - revisora

NOTÍCIAS

1. PROGRAMA “MP E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO: SAÚDE E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

- SEGUNDA ETAPA DO “CARAVANAS DO MILÊNIO” EM SALVADOR VISITA CALABAR, ALTO DAS POMBAS E RIO SENA
- SEMINÁRIO SOBRE PRIMEIRA INFÂNCIA MARCA LANÇAMENTO DE “CAMPANHA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA”
- BOA PRÁTICA DO MP BAIANO EM BUSCA DE QUALIDADE NA SAÚDE E EDUCAÇÃO É FINALISTA DO "PRÊMIO INNOVARE"
- MP FIRMA TAC POR EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM AUDUSTINA

2. CAMPANHA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

- IDC E MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA ESTIMULAM ADOLESCENTES A PENSAREM SOBRE O TEMA CORRUPÇÃO

3. NOTÍCIAS CEDUC

- CEDUC APOIA O OUTUBRO ROSA E O NOVEMBRO AZUL
- COMISSÃO JULGADORA DO II PRÊMIO MELHOR ESCOLA PÚBLICA DO ANO SELECIONA ESCOLAS DESTAQUES
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (COANE 2014)
- EDUCADORA DEFENDE QUE CRECHES SEJAM ESPAÇOS EDUCATIVOS SEM ASSISTENCIALISMOS

4. REVISTA ESCOLA BRASIL

- O QUE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIZ SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM 2013

- TRABALHO DE PROFESSOR TORNA MAIS PROVEITOSO ENSINO DE MATEMÁTICA
- EDUCAR É MISSÃO QUE ENVOLVE 2,5 MILHÕES DE PROFISSIONAIS DO ENSINO EM TODO O PAÍS

6. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

- ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE CAETITÉ PROMOVE SEMANA EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

7. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

- FNDE REPASSA R\$ 686,3 MILHÕES DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB

OBSERVATÓRIO PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- [EDUCAÇÃO INCLUSIVA](#)

NOTÍCIAS – MP E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Segunda etapa do “Caravanas do Milênio” em Salvador visita Calabar, Alto das Pombas e Rio Sena

10/10/2014

Dez equipes formadas por 13 promotores de Justiça e cerca de 50 servidores do Ministério Público estadual visitaram hoje (dia 10) 15 unidades de educação e quatro unidades de saúde nos



bairros do Alto das Pombas, Calabar e Rio Sena. As visitas integram a segunda 'Caravana do Milênio' em Salvador, dando continuidade ao método que prioriza as áreas onde já estão estruturadas as Bases Comunitárias de Segurança Pública. “A evolução do 'Milênio' na capital já se fez notar de forma importante nessa segunda visita”, destacou o gerente do programa 'O Ministério Público e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos', promotor de Justiça Sávio Damasceno, que ressaltou a integração entre servidores, membros e voluntários das próprias comunidades. “É um engajamento típico de uma ação de empoderamento. Os usuários da saúde e da educação em Salvador se sentem cada vez mais donos do seu espaço, dos seus serviços, refletindo a expressividade que estamos alcançando com o programa”, frisou Sávio Damasceno, que coordenou pessoalmente uma das equipes.



A opinião do gestor do Milênio guarda relação com o que foi visto nas unidades de saúde visitadas pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Cesau), Rogério Queiroz. O promotor de Justiça, que considera acertada a ideia de começar pelas áreas onde já se encontram as Bases Comunitárias, apontou essa presença dos poderes públicos como algo “muito caro à população, que sente a presença do Estado de forma mais palpável”. Quanto à qualidade das unidades visitadas,

Rogério Queiroz classifica como regular, frisando que, em muitas delas, o espaço físico é pequeno, não comportando adequadamente as equipes médicas ou os pacientes. Há ainda casos em que faltam equipes ou médicos em quantidade adequada. “No mais, a percepção que temos é boa. Há uma preocupação clara com o abastecimento das unidades e a infraestrutura é satisfatória”, pontuou o coordenador do Cesau que visitou unidades no Alto das Pombas e Calabar.

Na área de educação, o nível das escolas também foi classificado como regular pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), promotora de Justiça Maria Pillar. Numa das unidades visitadas pela equipe coordenada por ela, no Rio Sena, havia problemas de falta de manutenção, a exemplo de pintura por fazer, e de desorganização, exemplificada na falta de um cardápio para merenda escolar. “De um modo geral, as escolas não estão como deveriam estar na capital. São muitas unidades e a visita e identificação dos problemas será um trabalho longo por parte do MP”, frisou Pillar, que destacou como positiva a parceria com as Bases. “Há uma integração real e notória com a comunidade, o que é perceptível e facilita a nossa atuação”, pontuou. A próxima etapa das 'Caravanas da Capital' está marcada para o dia 07 de novembro, em local ainda não divulgado. No dia 15 de dezembro, acontecerá uma audiência pública com os gestores de saúde e educação do Estado e do Município, onde serão apresentados os diagnósticos e as propostas do MP para cada região visitada.

Fonte: Cecom/MPBa

Seminário sobre primeira infância marca lançamento de 'Campanha de Educação Inclusiva'

13/10/2014



Atendendo a demandas de mães e pais que tiveram negada a matrícula de seus filhos com deficiência em escolas públicas e privadas da Bahia, o Ministério Público estadual, por meio dos Centros de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca) e de Defesa da Educação (Ceduc), com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), lançou na manhã do dia (13) de outubro, na sede do MP no CAB, a 'Campanha de Educação Inclusiva'. Na abertura do seminário 'Primeira Infância: Infância em Primeiro Lugar', o procurador-geral de Justiça, Márcio

José Cordeiro Fabel, ressaltou, como parte da iniciativa, o fortalecimento da estrutura familiar. “Além de ser o nosso futuro, a criança de hoje é fruto do nosso passado, do nosso presente, da nossa cultura. Quando corrigimos distorções nas condições socioambientais, alteramos as condicionantes do futuro dos nossos jovens. Portanto, cuidar do filho é cuidar do pai, da mãe, da educação, da segurança, do posto de saúde”, salientou o PGJ, concluindo que “somente por estar atento ao presente e ao passado, o MP é capaz de orientar o futuro dessas crianças”.

Marcada pela frase “todas as escolas são para todos os alunos”, a campanha foi apresentada pela promotora de Justiça Cíntia Guanaes, que destacou que “o espaço da escola precisa saber conviver com a singularidade”, acrescentando que o objetivo das peças é conscientizar a população de que o direito à educação é universal e deve ser garantido a todos, independentemente de ter ou não deficiência. Produzida pela Assessoria de Publicidade da Central Integrada de Comunicação Social (Cecom), a campanha conta com adesivos, spots de rádio, banners, anúncios, outdoors, um hotsite na internet e totens interativos, que foi apresentado no auditório. Os equipamentos, que podem ser manipulados, trazem fotos de crianças com e sem deficiência, todas em farda escolar, reforçando a ideia de que a escola é para todos. Eles ficarão expostos nas sedes do MP do CAB e de Nazaré e nos maiores shoppings de Salvador.



Para a coordenadora do Ceduc, a campanha foi descrita como parte de um processo de mudança cultural. “O MP, enquanto parte do sistema de garantia de direitos, acompanha essa evolução e, ao investir numa iniciativa dessa natureza, revela o seu protagonismo na transformação que vivemos”, destacou Maria Pilar Menezes. Coordenadora do Caoca, a procuradora de Justiça Márcia Guedes destacou que os temas debatidos no seminário são todos parte de um

conjunto articulado de ações determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e cobrem questões relevantes para a área a exemplo dos investimentos na primeira infância, da educação e da 'Lei Menino Bernardo'. “Esta lei coloca mais uma vez em pauta o tema castigos físicos como forma de educar e estabelece orientações quanto a melhores formas de educar crianças e adolescentes. Mais do que apenas por consciência, agora, por força de lei, temos que substituir castigos físicos por outras formas de educação”, frisou a procuradora.



A primeira palestra do seminário foi ministrada pela gerente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Ely Harasawa, que falou sobre 'A importância do investimento na primeira infância', destacando que “o foco deve estar em medidas de promoção, a exemplo da elaboração de políticas públicas orientadas para o futuro, capazes de transformar as condições sociais nas quais vivem e estudam as crianças e adolescentes”. O seminário abordou ainda os temas 'Violência Sexual , castigos físicos e 1ª Infância e a Lei nº 13.010/2014 (Lei Menino Bernardo)' e 'Educação na 1ª Infância'. A mesa de abertura do evento foi composta também pelo desembargador Emílio Salomão Resedá; pelo corregedor-geral do MP, procurador de Justiça Franklin Ourives Dias da Silva; pela presidente do Conselho Municipal de Educação, Joelice Braga; pelo presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Rodrigo Alves; e pelo presidente da Academia Baiana de Educação, Astor de Castro Pessoa.

Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

Boa prática do MP baiano em busca de qualidade na saúde e educação é finalista do "Prêmio Innovare"

13/11/2014

O programa “O Ministério Público e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos” está entre os finalistas do XI Prêmio Innovare. Ele foi selecionado, junto com práticas dos MPs de São Paulo e de Sergipe entre 66 concorrentes de todo o Brasil, na categoria Ministério Público. O resultado final

será conhecido durante cerimônia que será realizada no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, no dia 16 de dezembro próximo. O programa idealizado pelo promotor de Justiça Clodoaldo Anunciação foi inscrito pela Gestão Estratégica e o atual gerente, promotor de Justiça Sávio Damasceno, recebeu o representante do Prêmio Inovare quando explicou a metodologia do programa fornecendo fotos e documentos.

O objetivo do Prêmio Inovare é identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça Brasileira. As práticas identificadas demonstram o rico e diversificado trabalho que vem sendo realizado e o acervo é disponibilizado no Banco de Práticas do portal do Instituto podendo ser consultado gratuitamente.

Fonte: Cecom e Ceduc

MP firma TAC por educação inclusiva em Audustina

21/11/2014



O Ministério Público estadual, através da promotora de Justiça Ana Patrícia Vieira Chaves de Melo, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura de Audustina para promover a educação inclusiva de estudantes portadores de deficiência visual em toda rede pública municipal. De acordo com o documento, a Prefeitura deve contratar, no prazo de 90 dias, um professor com

especialização em braile, para atender necessidade de excepcional interesse público. Ainda no TAC foi definido que a Prefeitura deverá realizar, em no máximo seis meses, concurso público destinado à contratação de professor com especialização em braile, nomeando-o no prazo de 30 dias após a homologação do certame ou, alternativamente, capacitar professor do quadro com o fim de promover o ensino de braile. A iniciativa do MP se deu em virtude de denúncias noticiadas à Promotoria de Paripiranga sobre um estudante que desde o 14 anos de idade é portador de cegueira irreversível e não deu continuidade aos estudos após a sétima série do ensino fundamental por necessitar de ensino especial. O prefeito deve tomar as devidas providências no prazo estipulado, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00.

Redator: Luire Campelo (estagiária de Jornalismo) com supervisão de Aline D'Eça (MTb-BA 2594)

NOTÍCIAS – O QUE VOCÊ TEM A VER COM A CORRUPÇÃO

IDC e Ministério Público da Bahia estimulam adolescentes a pensarem sobre o tema Corrupção

23/09/2014

Com o objetivo de conscientizar os adolescentes sobre o valor da honestidade e da transparência das atitudes do cidadão comum, o Ministério Público da Bahia em parceria com o IDC e Secretaria Municipal da Educação do município de Presidente Tancredo Neves lança o concurso de Redação “O que você tem a ver com a Corrupção?”.

A Promotora Maria Pilar Cerqueira coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc) realizou visitas em quatro escolas do referido município no dia 19 de setembro com o intuito de sensibilizar os docentes acerca da importância da participação dos alunos, uma vez que a campanha foca na transformação pela educação e na conscientização dos jovens como caminho para um Brasil mais justo e mais sério.

O concurso é voltado para os alunos do 8º e 9º ano de 07 escolas que ofertam este segmento escolar na rede municipal de ensino. A partir do incentivo e

orientação dos professores, os alunos irão produzir em sala de aula textos de opinião sobre o tema. Cabe ressaltar que apenas Presidente Tancredo Neves e Salvador Bahia estão mobilizados para a atividade.

Uma Comissão Julgadora analisará as redações, selecionando as três redações vencedoras, classificando-as em primeiro, segundo e terceiro lugar. A redação vencedora será publicada em jornal impresso de grande circulação, além de serem premiadas com: 01 notebook, 01 tablet e 01 câmera digital.

Fonte: Cecom/MPBa

NOTÍCIAS – CEDUC

CEDUC apoia o Outubro Rosa e o Novembro Azul

23/10/2014



A equipe do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CEDUC) vestiu a camisa do outubro rosa em prol do combate e diagnóstico precoce do câncer de mama.

E com o intuito de promover o conhecimento sobre o câncer de mama e abordar mitos e verdades sobre prevenção e detecção precoce da doença, o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Cesau) organizou um “bate papo” com o especialista em Ginecologia e Obstetrícia do Centro de Pesquisa e

Assistência em Reprodução Humana (Ceparh), Allan Assis Coutinho. O médico esclareceu que a utilização de hormônios e reposição hormonal podem promover muitos benefícios e não causam o câncer de mama, e devem ser utilizados de acordo com a necessidade de cada paciente, sendo necessária a realização de exames específicos. Foi esclarecido também que fatores genéticos e ambientais como má alimentação, utilização de bebidas alcoólicas e refrigerantes, além de sedentarismo e cigarro são os principais causadores do câncer. Estiveram presentes servidores do Ministério Público e promotores de Justiça.



A parceria entre a saúde e educação também ganhou relevância no novembro Azul, mês alusivo aos cuidados do homem, teve como palestrantes, o urologista Bruno Sarmento, do Centro Estadual de Urologia (Cican), a enfermeira Simone Coelho, a assistente social Andrea Antunes e as proctologistas Ana Paula Mattos, médica do Ministério Público e Nair Regina do Amaral, diretora da maternidade referência José Maria de Magalhães.

Fonte: CEDUC

Comissão julgadora do II Prêmio Melhor Escola Pública do ano seleciona “escolas destaques”



A comissão julgadora do II Prêmio Melhor Escola Pública do ano se reuniu em quatro ocasiões para selecionar as escolas destaques deste ano. O Prêmio tem como patrocinador exclusivo, pelo segundo ano, a BAHIAGÁS com apoio da Fundação José Silveira, Rede Bahia e PNUD. Esse prêmio tem a finalidade de eleger as escolas que apresentarem a melhor estrutura física, estado de conservação e a qualidade de ensino, com aplicação de verbas recebidas pela unidade escolar, bem como a efetiva implantação de planos de trabalho para melhoramento e conservação dos prédios escolares que promovam uma melhor estruturação do ambiente, dos espaços pedagógicos, com a participação da comunidade e que destaquem ações direcionadas ao aperfeiçoamento pedagógico e ao ingresso, permanência e sucesso na aprendizagem do aluno, considerando a relação corpo docente e discente, colaboradores, pais e comunidade.

A comissão julgadora é formada por 09 integrantes, Maria Pilar Maquieira, Promotora de justiça; Fabíola Souza, Bibliotecária; Astor de Castro Pessoa, Presidente da Academia Baiana de Educação; Bass Cheiva, Conselheira Municipal de Educação; Edna Costa, Pedagoga; Izabelle Gasparini, Nutricionista; Joana Almeida, Coordenadora Educacional da Fundação Odebrecht; Renata Deiró, Representante da BAHIAGÁS; Adriana Laranjeira, Representante da Fundação José Silveira.

Diversas escolas da Bahia se inscreveram, sendo escolhidas 08 escolas, premiando várias regiões do estado da Bahia. A entrega dos prêmios das “escolas destaques” será no dia 10 de dezembro, durante a semana do Ministério Público. As escolas vencedoras foram: Escola Municipal Nossa

Senhora Madre de Deus de Madre de Deus/Ba; Escola Municipal William D'Ávila de Bastos de Amargosa/Ba; Colégio Estadual Félix Mendonça de Itabuna/Ba; Colégio Evênia Brito de Ribeira do Pombal/Ba; Centro Municipal de Educação Agamenon Santana de Brumado/Ba; Escola Municipal Antônia Gaspar de Lapão/Ba; Centro Integrado de Educação Professora Maria Sônia Meira Gomes e Professor Sá Teles de Brumado/Ba e Grupo Escolar Frederico Smith Lima de Itabuna/Ba.

As escolas vencedoras receberão o equivalente a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em bens, equipamentos e utensílios, que serão utilizados para: esportes, biblioteca, música, dança, teatro, eletrodomésticos de cozinha e laboratórios.

Fonte: CEDUC

Conferência Nacional de Educação (COANE 2014)

Os 2,6 mil delegados que estiveram reunidos ao longo de cinco dias em Brasília, na 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae 2014). Encerrada no domingo (dia 23/11/2014) os delegados deliberaram que a regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE) é uma dentre as prioridades a serem buscadas.

O coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), órgão responsável pela organização da conferência, Francisco das Chagas Fernandes, destacou que o Plano Nacional de Educação (PNE) já estabeleceu que o SNE deve ser organizado por meio de regulamentação. "Durante a conferência, aprovamos a instituição do SNE. Portanto, o que a Conae de 2014 deliberou vai ao encontro daquilo que o PNE aprovou", afirmou Chagas. "Se conseguirmos regulamentar o artigo 23 da Constituição, segundo o qual a educação deve ser feita em regime de cooperação e colaboração entre os entes federados, teremos um bom andamento em relação à construção do Sistema."



Os Ministérios Públicos do Brasil tiveram stand na CONAE 2014, quando 30 promotores de Justiça/procuradores da República participaram do evento na condição de observadores.

O Programa “O MP e os objetivos do Milênio: Saúde e Educação de qualidade para todos” do MP/BA teve uma mesa de interesse para divulgação do mesmo e troca de experiência com os professores e demais integrantes da sociedade civil.

Fonte: Assessoria de comunicação CONAE e Ceduc

Educadora defende que creches sejam espaços educativos sem assistencialismos

07/11/2014

A definição de que uma creche é um espaço assistido para o cuidado de bebês e crianças até três anos, que ainda não têm idade para frequentar o maternal-escola, merece uma reflexão no entender da mestra em educação e doutoranda em Difusão do Conhecimento, Flávia Damião. Segundo ela, que foi a palestrante de hoje, dia 07, do projeto “Diálogo dos Saberes”, do Ministério Público estadual, embora já se registre algum avanço, a instituição creche, em muitos casos, ainda funciona sob a ótica do assistencialismo, principalmente quando seus serviços são públicos e dirigidos às crianças negras e pobres, que não têm

sido tratadas como um sujeito de direitos.

Professora da creche da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Flávia falou sobre o surgimento das creches no Brasil, acompanhando a estruturação do capitalismo e a necessidade de reprodução da força do trabalho, descendo a detalhes sobre seus propósitos, sua base legal que vem saindo aos poucos do plano da assistência social.



Entre os avanços, cita a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a LDB da Educação Nacional, que definiram que as creches são para crianças de 0 a 3 anos de idade e as pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos de idade, lembrando que o termo creche sempre esteve vinculado a um serviço oferecido à população de baixa renda. Apesar dos avanços, ela diz que ainda existem dificuldades de acesso com qualidade ao público, sendo necessária a descolonização dos conhecimentos em torno dessa instituição.

Reforçando sua preocupação em descolonizar os conhecimentos das crianças, a mestranda do programa de pós-graduação em Literatura e Cultura da UFBA, Mel Adún, que também participou do “Diálogos dos Saberes” na manhã de hoje, tratou sobre a descolonização das mentes das crianças no que se refere à literatura infantil que chega até elas, notadamente as afrodescendentes. Citando como exemplo a filha de quatro anos, diz ser difícil para a menina entender que não necessariamente as princesas têm cabelos longos e que precisam de um príncipe para libertá-las. Integrante do Coletivo Literário Ogum’s Toques Negros, ajudou a organizar uma coletânea e está participando de uma campanha que busca consolidar a editora do Coletivo, permitindo o lançamento de 10 livros ainda este ano, o que, a seu ver, permitirá que dispute o mercado junto com outras editoras.

A mestranda, também formada em jornalismo, acha importante que os livros dirigidos às crianças tratem da questão da discriminação, mas defende que as publicações não sejam apenas didáticas. “Têm que ser lúdicas.” A literatura dirigida a esse segmento é equivocada a seu ver, pois as crianças precisam sonhar, brincar e pensar. Explica que a primeira tarefa do pensar é imaginar e o que se vê é a publicação de muito livro didático. “Minha briga é pela equidade, pela igualdade. Um país sem racismo é um país muito mais rico.”

Redatora: Anbar - MTbBA 690

Foto: Ceaf

OUTRAS NOTÍCIAS

O que o Plano Nacional de Educação diz sobre a Educação inclusiva



Isac Oliveira Souza aprendendo ler na lousa braile, na sala de recursos da EE Dom Jayme de Barros.

No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o [Plano Nacional de Educação \(PNE 2011-2020\)](#). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a **nova função da Educação especial** como *modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização* (da Educação Infantil ao ensino superior); *realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.*

O PNE considera público alvo da Educação especial na perspectiva da Educação inclusiva, educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades.

Se o aluno apresentar necessidade específica, decorrente de suas características ou condições, poderá requerer, além dos princípios comuns da Educação na diversidade, recursos diferenciados identificados como **necessidades educacionais especiais (NEE)**. O estudante poderá beneficiar-se dos apoios de caráter especializado, como o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, no caso da **deficiência visual e auditiva**; mediação para o desenvolvimento de estratégias de pensamento, no caso da **deficiência intelectual**; adaptações do material e do ambiente físico, no caso da **deficiência física**; estratégias diferenciadas para adaptação e regulação do comportamento, no caso do **transtorno global**; ampliação dos recursos educacionais e/ou aceleração de conteúdos para **altas habilidades**.

A Educação inclusiva tem sido um caminho importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta ao grupo (como um todo) ao mesmo tempo em que atenda às necessidades de cada um, principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na sala de aula.

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos. (MENDES, 2012).

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/>

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em 2013

05/09/2014

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2013 mostra que o país ultrapassou as metas previstas para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental em 0,3 ponto. O Ideb nacional nessa etapa ficou em 5,2, enquanto em 2011 havia sido de 5,0.

Os anos iniciais do ensino fundamental são oferecidos prioritariamente pelas redes municipais, que respondem por 81,6% das matrículas da rede pública nessa etapa. O total de estudantes nos primeiros anos do fundamental é de

15.764.926, sendo 13.188.037 de escolas públicas. As metas da rede municipal de ensino foram alcançadas por 69,7% dos municípios brasileiros.

A rede estadual, que atende apenas 18% das matrículas públicas nessa fase, também superou suas metas. Em 75,7% dos municípios, as escolas estaduais superaram a nota 5,0 prevista para 2013. Ao todo, nessa etapa, 5.293 municípios tiveram Ideb calculado para a rede pública.

Na rede federal, o Ideb aumentou de 6,8 em 2011 para 7,0 em 2013 nos anos iniciais.

Progressão - Em 2005, quando o Ideb foi calculado pela primeira vez, 57,5% (7,1 milhões) das crianças nos anos iniciais estavam matriculadas em escolas municipais de redes de ensino com avaliação abaixo de 3,7 — média nacional de então. Com a evolução do indicador nos últimos anos, o percentual caiu para 16,2% (1,7 milhão) em 2013.

Com relação aos índices de avaliação mais elevados, ainda nos anos iniciais, o registro em 2005 era de 2,9% das crianças (cerca de 357 mil matrículas) matriculadas em escolas municipais com Ideb acima da nota 5,0. Em 2013, o percentual saltou para 45% - 4,8 milhões de estudantes — na mesma situação.

Anos finais - Nos anos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental, o Ideb nacional cresceu de 4,1 em 2011 para 4,2 em 2013. Do total de 5.369 municípios com índice da rede pública calculado nessa etapa, 39,6% atingiram as metas previstas para 2013 na rede pública, que atende a 86,5% dos matriculados nessa etapa (um total de 13.304.355 estudantes). Na rede federal, o Ideb se manteve em 6,3.

Em 2005, somente 2,4% dos estudantes da rede pública (329 mil alunos) concentravam-se em faixas de Ideb acima de 4,5. Em 2013, este total aumentou para 22,2%, abrangendo 2,5 milhões de estudantes. Redes com Ideb inferior a 3,4 atendiam a 7,5 milhões de estudantes (56,2%) em 2005. Agora, englobam 26,1% dos alunos (2,9 milhões de matrículas).

Os dados mostram que a dificuldade para atingir as metas acontece também na rede privada, que alcançou nota 5,9. A meta prevista era de 6,5.

Ensino médio - O Ideb do ensino médio se manteve em 3,7. A rede estadual — responsável por 97% das matrículas da rede pública — registrou o mesmo índice de 2011 (3,4), assim como a rede federal (5,6). A rede privada apresentou queda, passando de 5,7 para 5,4.

O Ideb é obtido pelas notas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e pela taxa média de aprovação percentual.

Fonte: Ministério da Educação

Trabalho de professor torna mais proveitoso ensino de matemática

Professor de matemática em duas escolas de Salvador, no subúrbio ferroviário, Vanildo dos Santos Silva desenvolve, desde 2004, o projeto Uso de Materiais Manipuláveis nas Aulas de Geometria com Estudantes em Situação de Defasagem Escolar. O trabalho, que teve início na Escola Municipal da Fazenda Coutos, em um dos bairros mais pobres e violentos da região, surgiu de uma necessidade real, o desafio de ensinar matemática a estudantes com histórico de abandono, evasão e repetência.

“Desde meu primeiro contato com esses alunos, percebi que, antes de iniciar qualquer intervenção pedagógica, minha prática docente precisaria ir além da lousa e do giz”, revela Vanildo. “As dificuldades apresentadas estavam evidentes e se constituíam em um desafio pessoal.”

O professor passou a pensar, então, em uma estratégia que apresentasse a linguagem matemática com aspectos concretos do cotidiano dos estudantes, sem perder de vista a parte formal e suas conexões. Sua intenção era propor “um modelo diferenciado” para trabalhar com matemática e assim induzir os estudantes a participar das aulas.

“Qualquer trabalho por meio da valorização de fórmulas, conceitos e propriedades, sem demonstrações, não representaria um modelo eficaz para a melhoria da qualidade de aprendizagem dos estudantes em situação de defasagem escolar”, diz o professor. Assim, em sua proposta de ensino de geometria, ele buscou o que é sugerido pelos parâmetros curriculares nacionais: “Um trabalho que enfatiza a relação entre os conteúdos estudados em sala de aula com as formas geométricas presentes no mundo físico, possibilitando a exploração de formas geométricas planas e espaciais”.

O projeto tenta estabelecer um diálogo entre os quatro blocos de conteúdos da matemática: números e operações; espaço e forma; grandezas e medidas e tratamento da informação. Os estudantes podem assim comparar e discernir

aspectos como largura, comprimento, volume, número de faces e vértices, entre outros. “Quando os estudantes foram levados a explorar situações por meio de materiais manipuláveis, sentiram-se mais motivados e, por conseguinte, engajaram-se de maneira mais efetiva nas aulas e alcançaram melhores resultados na aprendizagem”, avalia.

A finalidade do projeto está centrada em dois pontos cruciais: a permanência do estudante em sala de aula e a ruptura do autoconceito de “aluno fracassado”. Assim, de acordo com Vanildo, por mais que existam conteúdos que precedam outros, a hierarquização entre eles não deve ser tão rígida como tradicionalmente é apresentada. Os conteúdos devem ser organizados em função de uma conexão, na qual não precisam ser esgotados necessariamente de uma única vez. “Para que o projeto tenha êxito, principalmente na questão da permanência do aluno, é preciso estar atento à ênfase maior ou menor que deve ser dada a cada item, que pontos merecem mais atenção e quais não são tão essenciais”, ressalta o professor.

Segundo Vanildo, o projeto é desenvolvido também com alunos do Colégio Estadual Monteiro Lobato, no mesmo bairro. Ao longo dos anos, o trabalho tem passado por várias adequações. “Reflexo do meu crescimento enquanto pesquisador e da demanda social relacionada aos estudantes envolvidos”, justifica.

Com o projeto, Vanildo foi premiado em duas edições do Prêmio Professores do Brasil (2004 e 2013). “Isso representa a confirmação de que esforços como esse podem ser úteis na busca por respostas de como lidar com a situação de defasagem escolar e questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem”, ressalta o professor. Há 19 anos no magistério, Vanildo tem licenciatura em matemática e em ciências contábeis e especialização em planejamento e prática de ensino superior. (Fátima Schenini) Portal do professor

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>

Educar é missão que envolve 2,5 milhões de profissionais do ensino em todo o país

15/10/2014

A data de 15 de outubro marca a comemoração do Dia do Professor no Brasil, uma homenagem aos 2,5 milhões de docentes que exercem a atividade no país

na educação básica e na educação superior. É um reconhecimento da importância do trabalho desempenhado por esses profissionais, que contribuem para a formação e para o desenvolvimento do povo brasileiro.

De acordo com a *Sinopse Estatística da Educação Básica* de 2013, o número de pessoas no Brasil em atividade de docência é de 2.141.676. Em nível de graduação e pós-graduação, segundo o Censo da Educação Superior do mesmo ano, 367.282 profissionais exercem funções educadoras — aproximadamente 48,84% trabalham em tempo integral; 25,36%, em tempo parcial e 25,78% são horistas.

A maioria dos 367 mil docentes da educação superior (321 mil) tem mestrado ou doutorado. Nos últimos dez anos, o número de mestres e doutores na rede pública cresceu 90% e 136%, respectivamente.

Origens — A origem da data remete a D. Pedro I, que baixou decreto imperial, em 1827, criando o ensino elementar no Brasil. O documento determinava que “todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras”. O texto regulamentava ainda a descentralização do ensino, o salário dos professores, as matérias básicas que todos os alunos deveriam aprender e até como os docentes deveriam ser contratados.

Após 120 anos desse decreto imperial (1947), ocorreu a primeira comemoração dedicada ao professor. A ideia de fazer do dia um feriado surgiu em São Paulo, com o professor Salomão Becker. À época, ele propôs uma reunião com toda a equipe da escola em que trabalhava para que fossem discutidos os problemas da profissão, planejamento das aulas e trocas de experiências. Segundo o discurso de Becker, “professor é profissão; educador é missão”.

A celebração foi oficializada nacionalmente como feriado escolar pelo Decreto Federal nº 52.682, de 14 de outubro de 1963.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social/ME, com informações do Inep

Escola da rede estadual de Caetité promove Semana em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

12/09/2014

Com a proposta de fortalecer o trabalho de inclusão educacional, o Centro Estadual de Educação Especial de Caetité Professora Lelita Neves Cotrim Silva promove, de segunda (15/9) a sexta-feira (19/9), a 5ª Semana em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Com o tema Educação Especial: concepções

e práticas pedagógicas, o evento tem o objetivo de fomentar o conhecimento sobre educação especial e inclusiva e a diversidade na prática pedagógica, proporcionando momentos de reflexão e estudo e despertando na comunidade o respeito e a valorização da pessoa com deficiência.

“Entendemos a inclusão como um desafio que implica a formação continuada. Queremos estimular a produção científica e divulgar o conhecimento na área de educação especial”, ressaltou a diretora Telma Bonfim. O evento, completa a gestora, busca atender à demanda por novas práticas da política educacional inclusiva, implantadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia nos últimos cinco anos.

Durante a semana, serão realizadas atividades como audiência pública (na Câmara Municipal de Caetité), palestras, minicursos e atividades culturais. No dia 19/9, às 8h, acontece a Caminhada pela Inclusão, com saída da Praça da Catedral até ao Parque das Árvores, onde irão acontecer apresentações culturais.

Desde que foi criado, em 2009, o Centro vem realizando a Semana em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência com a participação de seus 110 alunos, pais, professores e comunidade em geral.

Fonte: Secretaria de Educação do Estado da Bahia

[FNDE repassa R\\$ 686,3 milhões da complementação da União ao Fundeb](#)

04/11/2014



Estão disponíveis a partir desta terça-feira (4) os recursos referentes à parcela de outubro da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). No total, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassou R\$ 686,3 milhões a estados e municípios beneficiários.

Este ano, a complementação da União contempla dez estados e seus respectivos municípios, que não alcançam com a própria arrecadação o valor mínimo nacional por aluno estabelecido para 2014 – R\$ 2.285,57. São eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

Principal fonte de financiamento da educação básica pública, o Fundeb é formado por percentuais de diversos impostos e transferências constitucionais, a exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Pelo menos 60% dos recursos devem ser usados na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício, como professores, diretores e orientadores educacionais. O restante serve para despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, compreendendo, entre outras ações, o pagamento de outros profissionais ligados à educação, bem como para aquisição de equipamentos e construção de escolas.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do FNDE